

### **III**

## **Herança**

## 5 Heranças e herdeiros

*“Alguns dos nossos desejos só se cumprem no outro,  
os pesadelos pertencem a nós mesmos”*  
Milton Hatoum<sup>1</sup>

### 5.1 Desilusão: danço eu, dança você

No capítulo anterior, a análise das memórias da geração de filhos de militantes forneceu algumas pistas desta comunicação entre as gerações, o que evidencia as zonas de abrangência entre culturas políticas. A transmissão da cultura política de esquerda para a geração de filhos de militantes, na história recente do Brasil, deu-se de muitas formas e por diferentes meios e, na passagem dessa tradição, foram destacadas nas entrevistas realizadas algumas heranças políticas por vezes aceitas, por vezes rejeitadas.

Um dos aspectos expressivos identificados nas memórias dessa geração são as frequentes menções ao sentimento de decepção e de desilusão com o universo do político no seu sentido mais institucional. Além da forte rejeição às práticas dos partidos políticos, há também o desencanto com a política enquanto mediação de possibilidades de mudanças. Diferentes fatores contribuíram para essa percepção, mas um deles parece ser mais significativo que os demais: é quando os entrevistados fazem uma avaliação sobre o primeiro governo do presidente Lula, de 2003 a 2006.

Antes da desilusão, a ilusão. Na verdade, ambas as dimensões são entendidas como parte de uma herança política, mas para compreender melhor o que representa a desilusão, cabe avaliar qual era a expectativa dessa geração sobre a chegada de um candidato da esquerda ao cargo de presidente da República.

Como partes constitutivas das memórias familiares estavam dados a respeito de acontecimentos históricos, imbuídos por um forte valor afetivo. A história

---

<sup>1</sup> HATOUM, M., *Dois irmãos*. p. 264.

respectiva à luta de militância dos pais é apreciada pela geração dos filhos mas, inegavelmente, esse apreço é intensificado porque ela se relaciona com a história de suas famílias e, conseqüentemente, com suas histórias de vida. Com a dimensão transgeracional da memória e, a partir dela, esta nova geração transmite uma nítida sensação de serem parte de suas trajetórias aspectos respectivos da luta política de seus pais. Há uma identificação com essa luta, variante de caso para caso na sua intensidade, o que, no entanto, não exclui a constatação de uma superposição de convicções próprias com aquelas que sustentaram a trajetória de seus pais. Nas memórias dos filhos de militantes, a relação transgeracional é evidente, ainda que tenham assumido ativa e conscientemente os valores políticos de seus pais.

Na incorporação da importância conferida à militância de seus pais foram assumidos valores próprios da tradição política de esquerda. Por mais que fossem revistos e adaptados às circunstâncias de cada momento político social, os valores e conceitos políticos assumidos pelos jovens se remetiam àqueles de seus pais.

Em princípio, quando o entrevistado abordava os temas da esquerda, havia uma associação entre esse posicionamento político de transformação, de mudança, de revolução. Não sem razão, portanto, quando relatam o momento em que a esquerda finalmente chegou ao poder e a “revolução” novamente “faltou ao encontro”, boa parte das entrevistas alude a uma grande desilusão, situando essa decepção na constatação de que, ao assumir a instância máxima de representação política do país, o grande símbolo dos valores de uma tradição de esquerda decepcionou esses jovens por ter reproduzido práticas e discursos que os entrevistados identificaram com a direita. Por mais que, também segundo as entrevistas, a idéia de revolução estivesse desgastada, no imaginário da maioria dos eleitores, das mais diferentes gerações, era difícil cair por terra a simbologia relacionada ao fato de um trabalhador, um operário, chegar ao poder. Por isso, esperava-se mais, esperava-se uma outra forma de governar e fazer política.

A ilusão, nesse caso, era a esperança herdada de que, uma vez no poder, a esquerda iria revolucionar o país, provocar mudanças estruturais, transformações “de base”<sup>2</sup> na sociedade brasileira. Havia, para os entrevistados, a ilusão de uma efetiva mudança com o PT, enfim, no lugar de situação, ao invés do costumeiro posto de oposição que ocupou durante tantos anos. Mesmo que muitos entrevistados afirmem

---

<sup>2</sup> Entrevista de “Marina”. Depoimento concedido em 13 de outubro de 2010 no Rio de Janeiro.

que não esperavam “grandes mudanças”<sup>3</sup> e não tivessem “grande expectativas”<sup>4</sup>, pela forma como descrevem a “euforia da vitória”<sup>5</sup>, dificilmente a antecipação da desilusão com o governo Lula, recorrente nas entrevistas, parece provável. Parece improvável também que pudessem imaginar que, um dia, atribuiriam ao primeiro governo Lula a responsabilidade nas mudanças de posições políticas desses jovens, na desfiliação do partido, na descrença em relação à instância macro da política. Além das reformas que não aconteceram, havia uma relação afetiva com o partido, ao qual pais e mães, até avós, dos entrevistados ajudaram a fundar. A história do início do PT, a transformação de um movimento em partido político, foi recorrente nos depoimentos de Clarice, Leonardo, Flora, dado o valor significativo que esse processo tem na memória de suas famílias.

“Não esperava que o Lula fosse mudar o país do dia para o outro, mas aquele nível de corrupção me deixou muito mal. Aquilo pra mim foi imperdoável, porque ia contra tudo que o partido falou a vida inteira! Aquela contradição não entrava na minha cabeça. Percebi que havia uma sede de poder muito grande no PT, e por isso saí do partido. Talvez eu fosse ingênua, sei lá, mas eu gostava da minha ingenuidade. Gostava de achar que havia naquele partido um lugar para a ética, para uma política diferente”<sup>6</sup>.

“E daí que a esquerda não era mais a mesma? Nunca entendi esse discurso. Só porque não era mais o PT de 89 justificava roubar, corromper, dissimular? Acho uma pena quem tenta justificar tais práticas, porque são elas justamente que justificam os valores pelos quais o PT lutou todos os anos, pelo menos os valores que eu identificava no partido”<sup>7</sup>.

A decepção com a conduta da esquerda no poder e com as impossibilidades de mudança a partir das vias institucionais da política causou uma mudança de sentido sobre o que é ser de esquerda, para a maioria dos entrevistados. Mesmo ainda percebida como parte de uma tradição, o “ser de esquerda” passou a estar mais associado a uma visão de mundo do que a uma prática de atuação e de militância na arena política. A diluição das fronteiras entre esquerda e direita não parece ter esvaziado completamente a identificação dos entrevistados com um lado delas, mas é reconhecida, hoje, por essa geração, a partir das condutas assumidas na negociação de cada tema em pauta ampliada de questões. Percebem a importância das vias tradicionais da política, apesar de não pautarem suas trajetórias a partir delas.

---

<sup>3</sup> Entrevista de “Camila”. Depoimento concedido em 22 de setembro de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>4</sup> Entrevista de “Leonardo”. Depoimento concedido em 13 de agosto de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> Entrevista de “Clarice”. Depoimento concedido em 12 de outubro de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>6</sup> Entrevista de “Luiza”. Depoimento concedido em 15 de setembro de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>7</sup> Entrevista de “Nina”. Depoimento concedido em 19 de agosto de 2010 no Rio de Janeiro.

“Eu acredito nas pautas fora da cartilha, mas acho que elas devem estar em algum momento associadas ao macro. Acho que a capoeira de Angola, que eu sou praticante, pode estar inserida no que se entende como atuação, mas contanto que ela traga a discussão política pra dentro dela. Fazer capoeira por fazer certamente não é político, mas se você levar a reflexão da história da capoeira, as simbologias da luta, estudar os cantos, estudar a história do movimento associada à prática do treino, aí eu acho que sim, que é uma conduta que pode ser entendida como política”<sup>8</sup>.

“A capoeira, pra mim, é uma forma de unir várias coisas. Hoje em dia, dando aula para crianças de capoeira Angola, eu vejo que ela é uma ferramenta de discurso político. Eu me interessou muito pela história da capoeira, e acho que nela estão refletidos aspectos importantes da nossa cultura, da nossa sociedade hierárquica, patriarcal, machista, escravocrata. Acho que essa é também uma forma que eu encontro de unir teoria e prática, um lado intelectual com um lado espiritual. Isso me parece importante”<sup>9</sup>.

“Me interessei pela área dos direitos humanos quando percebi ali uma forma de atuação importante. Acho que essa discussão coloca em questão valores como a democracia, a tolerância, diferenças culturais, assuntos que muitas vezes não estão inseridos de maneira muito evidente na política mais do *status quo*”<sup>10</sup>.

Ser de esquerda está mais referido, nas entrevistas, a uma forma de vida alternativa do que a princípios ideológicos. Diante de um sistema “extremamente agressivo com o jovem”<sup>11</sup>, da “competição feroz estimulada hoje em dia”<sup>12</sup>, há uma persuasão por tangentes que desviem os percursos mais óbvios, que não apresentam nas suas estruturas grandes possibilidades de autonomia. Identificam, inclusive, que essa busca por vias alternativas tem relação com a criação que tiveram, com as escolas que estudaram, e com a militância que praticaram.

“A política que a gente praticou no DCE é a forma como eu tento conduzir minha vida. Ali estavam diretrizes que eu nunca vou deixar de lado. Eu me identifico totalmente com aquelas noções de coletivo, de organização sem hierarquias, de estrutura de trabalho em comissões. Até mesmo a noção de movimento, ao invés da presença de partido. Acho que noção de movimento sustenta um pouco a possibilidade de mudança muito mais que um partido. O partido é muito fechado, muito duro em si mesmo. Um movimento não”<sup>13</sup>.

“Eu valorizo muito toda a minha formação, e apesar de fazer a crítica do peso que a política teve na minha família, lamento que as novas gerações da minha família não tenham mais essa noção histórica da nossa trajetória. Isso parou em mim, e nos meus irmãos, e nos primos. Os meus sobrinhos não tiveram isso de saber das histórias de militância, também não demonstram interesse. Depois de todo balanço, eu acho isso negativo, porque é importante saber, e ter essa dimensão da família. Um dos meus

<sup>8</sup> Entrevista de “Pablo”. Depoimento concedido em 17 de agosto de 2011 no Rio de Janeiro.

<sup>9</sup> Entrevista de “Clarice”. Depoimento concedido em 12 de outubro de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>10</sup> Entrevista de “Camila”. Depoimento concedido em 22 de setembro de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>11</sup> Entrevista de “Juliana”. Depoimento concedido em 5 de outubro de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>12</sup> Entrevista de “Luis”. Depoimento concedido em 6 de abril de 2011 no Rio de Janeiro.

<sup>13</sup> Entrevista de “Clarice”. Depoimento concedido em 12 de outubro de 2010 no Rio de Janeiro.

sobrinhos mora no Canadá, sem muita relação com o Brasil, e um dia colocou o nome do pai no computador e apareceu ‘terrorista’! Se fosse comigo, eu saberia na hora ao que se estava referindo. Hoje em dia, na cabeça de uma criança, terrorista tem uma outra conotação. Foi explicado para ele, e eu encorajei ele a perguntar pro pai o que aquilo significava, mas acho que não foi adiante. Quer dizer, ele não sabia do que aquilo tratava, e não teve muito interesse em saber. Já está muito distante dessa geração”<sup>14</sup>.

“Acho que nossa geração colocou em pauta muitas coisas importantes. Fomos nós que colocamos o tema do homossexualismo em questão, e não a geração da minha mãe. Sempre tive uma noção de que eles tinham feito tudo, e não sobrava mais nada pra gente fazer, mas depois vi que não é bem assim. Nós fazemos da nossa forma”<sup>15</sup>.

“Sempre digo que não vim ao mundo a passeio, então acho que militância, pra mim, é parte daquilo que eu acredito, da forma como eu me vejo no mundo. Seja como advogada, mãe, mulher, enfim, eu me percebo assim. Certamente é difícil ter uma vida assim, até em termos práticos de sobrevivência mesmo. Mas por outro lado é possível pensar em formas de atuação que unam as duas coisas, e acho que hoje as possibilidades são muitas. Depende do quão é importante pra você”<sup>16</sup>.

A geração de filhos de militantes demonstrou ter, inclusive, uma grande preocupação em “não ser alienado”, como os entrevistados definiram. O conceito de alienação é fortemente referido ao arcabouço teórico manejado pela geração dos pais, percebidos como pessoas “extremamente cultas”<sup>17</sup>, “muito inteligentes”<sup>18</sup>, que “lêem muito”<sup>19</sup>. Neste sentido, se comparam aos pais e se sentem “alienados”, “despolitizados”, mas se preocupam em não serem desta forma, e situam a alienação como marca geracional de boa parte de seu grupo etário como algo negativo.

“Me sinto um pouco alienado, mas acho que a desilusão com a política se refletiu aí. Ao invés de assistir ao debate político das eleições, eu assisti o jogo de futebol. Esse seria um exemplo clássico de alienação para a geração dos meus pais, e por influência deles, eu também reconheço como um ato alienado. Ao mesmo tempo, acho que eu me informo de outras formas. A trajetória acadêmica me chama muito para a reflexão, para a crítica, e figuras acadêmicas me despertam interesse, me causam entusiasmo, muito mais que políticos”<sup>20</sup>.

“Sempre vi os amigos da minha mãe como pessoas brilhantes, mas um pouco perdidas. Depois da militância, acho que não construíram muita coisa, e eu não achava isso positivo. Minha mãe também me parecia assim [abaixa o tom de voz]. Sempre foi melhor aluna, muito inteligente, mas acho que nunca se encontrou. Eu queria um trabalho, me sustentar, ter estabilidade. Acho que isso me fez rejeitar um pouco esse lado político e ter uma vida mais prática. Quando penso na minha mãe me

<sup>14</sup> Entrevista de “Maria”. Depoimento concedido em 3 de abril de 2011 no Rio de Janeiro.

<sup>15</sup> Entrevista de “Juliana”. Depoimento concedido em 5 de outubro de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>16</sup> Entrevista de “Marina”. Depoimento concedido em 13 de outubro de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>17</sup> Entrevista de “Alice”. Depoimento concedido em 25 de agosto de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>18</sup> Entrevista de “Clarice”. Depoimento concedido em 12 de outubro de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>19</sup> Entrevista de “Juliana”. Depoimento concedido em 5 de outubro de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>20</sup> Entrevista de “Bruno”. Depoimento concedido em 12 de agosto de 2010 no Rio de Janeiro.

sinto muito alienada, mas acho que faz parte do mundo hoje, da noção que a gente tem de informação, de conhecimento”<sup>21</sup>.

“Se eu pensar no exemplo da minha mãe, que já leu tudo, sempre estudando, trabalhando, escrevendo, realmente eu me sinto alienada. Na verdade, sempre me senti assim. Minha mãe fazia críticas à nossa geração e isso me marcou. Depois me senti tranquila em relação ao meu lugar no mundo. Existem outras formas de cultura que não só os livros. Hoje, minha mãe respeita isso, e eu também”<sup>22</sup>.

O surgimento de ideologias individualistas, percebido por Gilberto Velho, como parte das sociedades modernas, aparece aplicado ao caso que investigamos e também avaliado pelos próprios entrevistados, que expressam uma valorização do indivíduo, que por vezes consideram excessiva, no seu tempo.

“Carreira, biografia e trajetória constituem noções que fazem sentido a partir da eleição lenta e progressiva que transforma o indivíduo biológico em valor básico da sociedade ocidental moderna”<sup>23</sup>.

A geração investigada nessa pesquisa não apresenta dados de construção de um pensamento a partir da dimensão do coletivo e, no trabalho com as memórias, quando deferidas ao estágio da consolidação de identidades, não houve registro de negociações com diferentes núcleos de sociabilidade a partir do *nós*, e sim a partir do *eu*. Os entrevistados, contudo, demonstram ter uma percepção clara dessa “marca de geração”<sup>24</sup> e indicam achá-la negativa, mas reconhecem a importância de poderem “pensar em si sem culpa, e com liberdade”<sup>25</sup>.

“Eu sei que a nossa geração é individual, mas eu não acho que sejamos individualistas no extremo. Pelo menos nem todo mundo é. Acho que a gente se preocupa com o outro, com o próximo. Eu não dirijo a minha vida na causa de ‘salvar o mundo’ ou de ‘mudar o mundo’, mas também não acho que isso me faça ser uma pessoa descompromissada. Hoje em dia é mais difícil. A gente tem que lidar com um mundo muito agressivo, competitivo. Mas não acho que porque o mundo é assim, nós sejamos. A gente tem que negociar dentro dele, não tem jeito”<sup>26</sup>.

“Depois que a gente se forma é aquele momento do ‘cada um por si’, e eu acho que demorei a entender isso. Acho que ainda procurava a coletividade do movimento estudantil fora dele, mas ela não existe, ou eu pelo menos não encontrei. Fui fazer o meu caminho, e percebi que é importante valorizar essa independência, essas conquistas diárias do mundo adulto. Isso também tem o seu valor”<sup>27</sup>.

<sup>21</sup> Entrevista de “Alice”. Depoimento concedido em 25 de agosto de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>22</sup> Entrevista de “Juliana”. Depoimento concedido em 5 de outubro de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>23</sup> VELHO, G., op. cit. p. 100.

<sup>24</sup> Entrevista de “Nina”. Depoimento concedido em 19 de agosto de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>25</sup> Entrevista de “Luiza”. Depoimento concedido em 15 de setembro de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>26</sup> Entrevista de “Juliana”. Depoimento concedido em 5 de outubro de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>27</sup> Entrevista de “Pablo”. Depoimento concedido em 17 de agosto de 2011 no Rio de Janeiro.

“Tinha vergonha de gostar de coisas que soam fúteis como moda, roupas. Morria de vergonha de comprar ‘Vogue’, e não deixava muito à vista lá em casa. Um dia meu pai viu a revista e elogiou as fotografias, os editoriais. Acho que aquilo me aliviou, e me liberei da culpa. Não acho isso sinal de alienação, ou coisa do tipo. Eu gosto, eu compro!”<sup>28</sup>.

“Não acho que a nossa geração é egoísta, só pensa em si. Acho que o mundo está assim, mas vejo muita gente que procura construir alguma coisa fora dessa lógica. Também, quer saber? Tem um lado bom sim! Não precisa ser excessivo, mas aquele papo de causa, de proletariado, de salvar o mundo, da culpa, da culpa, da culpa, chega! Eu não quero nunca mais ouvir nada disso! (risos) Meus pais guiaram a vida deles assim, e fizeram depois a reflexão da culpa na militância. O comunista se livra da culpa católica, mas carrega a culpa do messianismo proletário. Tô [sic] fora! Vivi uma infância muito culpada, porque brincava de Barbie escondida, porque via Xuxa escondida, porque tomava Coca Cola escondida. Não me escondo mais!”<sup>29</sup>.

A ilusão, assim como a desilusão, quanto às possibilidades de mudanças a partir de vias institucionais da política constituem um núcleo de heranças significativo para essa geração. A ilusão do que representava ser a esquerda política importou para a construção de referenciais, depois reavaliados a partir da desilusão. Uma vez decepcionada, essa geração operou com a modificação do político nos diferentes meios de negociação. Em casa e com a família perceberam as mudanças de opinião e de comportamento dos que passaram, então, a serem reconhecidos como “ex-militantes”<sup>30</sup>. Com os amigos, nos momentos “mais políticos”, quando as opiniões se mostravam diferentes, o discurso se tornou “mais conservador, mais reacionário”<sup>31</sup>. No mercado de trabalho, no cotidiano profissional, essa geração busca rotas de fuga da mentalidade do “cada um por si”, mas também percebe a importância de traçarem seus caminhos de modo autônomo.

“Eu não estudei formalmente, não fiz faculdade, mas moro sozinho desde os 17 anos, fui dono do meu próprio negócio, e hoje sou sócio de dois estabelecimentos. Eu fui trabalhar, e fazer minha vida. Valorizo isso, e muito! Acho que antigamente não seria possível, ou seria mais difícil, levar uma vida como eu levo. Vários amigos montaram seus escritórios em casa, suas produtoras, ilhas de edição, consultórios. Acho que a nossa geração sabe aproveitar o que o mundo oferece, e não é mesquinha nos seus valores por causa disso”<sup>32</sup>.

“Valorizo muito tudo que eu conquisto com meu trabalho. Seja o apartamento que eu tô [sic] pagando, seja o Jimmy Choo que eu compro, as viagens que faço. Trabalho

<sup>28</sup> Entrevista de “Camila”. Depoimento concedido em 22 de setembro de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>29</sup> Entrevista de “Olga” via skype. 19 de abril de 2011 no Rio de Janeiro.

<sup>30</sup> Os entrevistados, filhos de militantes, alternavam a forma de referir-se os pais como militantes e ex-militantes. A identificação variava de acordo com o decorrer de suas trajetórias, e suas tomadas de posição em relação ao campo do político.

<sup>31</sup> Entrevista de “Luis”. Depoimento concedido em 6 de abril de 2011 no Rio de Janeiro.

<sup>32</sup> Entrevista de “Fernando”. Depoimento concedido em 10 de maio de 2011 no Rio de Janeiro.



pra caramba [sic], dou aula até nos sábados, e ainda aulas particulares. Acho que tenho o direito de desfrutar como quiser”<sup>33</sup>

A desilusão com o universo do político institucional, por um lado, deslocou os que antes se identificavam com esse ambiente, e é responsável pela percepção de alienação presente na fala de todos os entrevistados, exceto no depoimento de Marina. No entanto, essa desilusão aparece de forma positiva quando entendida como um desencantamento, uma desmistificação da política. Avaliaram certos mitos familiares, refletiram sobre o que representavam, nas suas trajetórias, a luta e o engajamento da geração de seus pais. Livraram-se da culpa, deixaram de fazer coisas escondidas, valorizaram a independência.

## 5.2 Baú da memória: relíquias familiares

Com a narrativa da memória, redimensionamos o posto de testemunha então compartilhado por aquele que aceita ouvir. A receptividade da memória narrada é compartilhada, de forma que o ouvinte não é um receptor passivo somente, mas cúmplice da experiência narrada. Enquanto testemunhas dos fatos, foi reconhecida, por essa pesquisa, a geração de filhos de militantes, uma vez tendo sido estabelecido contato com as memórias de militância política de outra.

Nas memórias dessa geração ouvinte, as memórias familiares relacionadas ao universo da militância são percebidas como parte de uma herança e, no fim do dia, mesmo depois de feitas avaliações e reflexões que exprimem facetas negativas, o saldo é positivo. Reconhecem e identificam essa trajetória como algo “especial”<sup>34</sup>, “diferente”<sup>35</sup>, “uma história que deve ser valorizada”<sup>36</sup>. Há uma percepção dessa memória tal como um bem precioso, um tesouro familiar. Quanto ela vale varia de caso para caso mas é, no mínimo, estimada com muito apreço, nem que seja pelo seu valor sentimental, como os muitos depoimentos já vistos que qualificam de “orgulhosa” a maneira como os depoentes valorizam a trajetória de militância dos pais.

São vários os sentidos atribuídos a essa herança, mas nas memórias dessa geração, o valor histórico é aquele mais apreciado pois, *assim como a memória*

---

<sup>33</sup> Entrevista de “Flora”. Depoimento concedido em 12 de agosto de 2010 no Rio de Janeiro

<sup>34</sup> Entrevista de “Nina”. Depoimento concedido em 19 de agosto de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>35</sup> Entrevista de “Pablo”. Depoimento concedido em 17 de agosto de 2011 no Rio de Janeiro.

<sup>36</sup> Entrevista de “Camila”. Depoimento concedido em 22 de setembro de 2010 no Rio de Janeiro.

*corroborar a identidade pessoal, a história perpetua a autoconsciência coletiva*<sup>37</sup>. As histórias de militância eram contadas em um primeiro momento no confinamento do ambiente privado da família, onde as memórias foram narradas pelos pais, avós, tios, compartilhadas através de fotos, cartas, artigos de jornais. Pela família foi aberto o baú da memória e, pela geração dos filhos de militantes, ele foi revirado.

Apesar dos pesares, é positivo o saldo final da herança das memórias familiares para os entrevistados, porque elas transmitem a percepção de que suas famílias estiveram envolvidas em um confronto histórico de extrema importância. A luta e a militância da geração dos seus pais faz parte de um capítulo da história política e social do país e, de maneiras distintas, a geração dos filhos absorveu a importância dessa participação. Seja através das entrevistas que os pais deram, no telefone de cada família que não parava de tocar, nas matérias publicadas na imprensa, nas aparições na televisão, nos livros escritos, a geração de filhos de militantes identifica um lugar na história para a trajetória de luta política dos pais e da família. Pouco parece importar se essa geração esteve efetivamente envolvida ou não nesse processo. Aquela história passou a ser a “nossa história”<sup>38</sup>.

Memória, história e relíquias são, para David Lowenthal, os caminhos que nos levam a transitar pelo passado. Uma vez que não é possível voltar no tempo, visitamos o passado tal como visitamos um país estrangeiro, como quem circula por um lugar que não é o nosso, que não nos pertence, mas onde é possível nos reconhecermos, mesmo que seja através de pequenos símbolos, de fragmentos apreendidos ao longo da viagem.

Memória e história já são familiares como coordenadas essenciais dessa pesquisa e, agora, confrontadas com as relíquias descritas por Lowenthal.

*Toda memória transmuta experiência, destila o passado em vez de simplesmente refleti-lo*<sup>39</sup>. O passado destilado sobrepõe suas diferentes camadas, tal como um processo químico de decantação de uma substância. No laboratório da memória, o que se verifica não é somente um resgate, mas sobretudo uma construção e, na amostragem do passado, este se organiza em camadas análogas às camadas geológicas. Mas no final de uma experiência, de qualquer experiência, sempre sobram resíduos, restos do resultado da fragmentação do todo. Os fragmentos que restam do

---

<sup>37</sup> LOWENTHAL, D., Como conhecemos o passado. p. 109.

<sup>38</sup> Entrevista de “Maria”. Depoimento concedido em 3 de abril de 2011 no Rio de Janeiro.

<sup>39</sup> LOWENTHAL, D., op. cit. p. 94.

passado, ao contrário da memória e da história, não são processos, mas resíduos de processos<sup>40</sup>.

São relíquias, para Lowenthal, artefatos que sobrevivem à ação corrosiva do tempo e podem ser tanto objetos, quanto paisagens, fragmentos e obras de arte. São restos e sobras de rastros deixados para trás por uma sociedade que serão aproveitados, ou simplesmente conservados, no futuro, por seus sucessores. Por isso mesmo consistem em peças únicas, raras, porque transmitem valores de um determinado período histórico que não existe mais e, ainda assim, fazem parte do que chamamos acervo cultural. Fazem parte de nós. Já que não podemos voltar no tempo, as relíquias nos colocam em contato com um passado que não conhecemos, mas no qual nos reconhecemos, por afinidade ou por diferença.

Os fragmentos da memória e da história são, de acordo com Lowenthal, relíquias distintas, naturais, pois nas sobras e nos restos da destilação do passado eles deixam rastros valiosos. Se somarmos esses pedaços e perseguirmos suas pistas teremos consciência, no presente, do que foi considerado importante e foi estimado, no passado. São os fragmentos que muitas vezes nos trazem a consciência do passado, porque indicam o que era precioso para nossos antepassados. A memória associada à história nos traz a dimensão do valor sentimental, familiar, histórico das relíquias que fazem parte do nosso passado e percebemos que, de alguma forma, elas também nos pertencem. Relíquias pessoais são deixadas de geração para geração, perpetuadas dentro da família, pois além de um possível valor monetário, são registros históricos daquele núcleo social de indivíduos.

“Os papéis da história, da memória e das relíquias na compreensão do passado variam nos estágios da vida e da civilização. A maioria das coisas que circundam os jovens, como a maior parte da história que aprendem, já existia antes deles; à medida que envelhecemos, parte cada vez maior de nosso passado se transforma em história. E nossas lembranças expandidas acabam por abranger cada vez mais o que é historicamente conhecido, incluindo um pouco da história que antecede o nosso nascimento. (...) À medida que o tempo distancia os acontecimentos da recordação pessoal, a memória no âmbito de qualquer sociedade dá lugar à história, e as relíquias adquirem um significado renovado”<sup>41</sup>.

Na mesma perspectiva de Lowenthal, fragmentos são igualmente importantes para Jeanne Marie Gagnebin, mas quando assumem a qualidade de *rastros* que nos levam à consciência do passado. Assim como é importante perseguir os rastros e

---

<sup>40</sup> LOWENTHAL, D., op. cit. p. 66.

<sup>41</sup> Ibid. p. 175.

juntar pistas deixadas para trás pela memória e pela história, é preciso estarmos atentos aos rastros que não foram deixados ou dos que não encontramos registros. Se a memória é um instrumento precioso de poder, seus rastros são igualmente importantes, ainda que possam ser dolorosos. Por isso, não causam espanto os exemplos na história de manobras e tentativas de apagamento de rastros e vestígios. As maneiras de executar tais manobras podem até chocar e os famosos casos de queimas de arquivos se tornam pequenos quando comparados às tentativas de fazer com que desapareçam os arquivos vivos, os suportes humanos da memória. Os casos da Segunda Guerra Mundial, assim como os dos desaparecidos nas ditaduras latino-americanas, são exemplos recentes e eloquentes dessa prática e deixam para trás, ou melhor, para a frente, nas mãos de outras gerações, a tarefa de reunir os restos e as sobras<sup>42</sup>.

Mas nem todo esforço de um grupo, de uma organização, de um governo consegue apagar completamente a história e dos rastros ficam as cicatrizes. A memória ganha forma física na marca de uma cicatriz, seja em alguma parte do corpo do indivíduo, no indivíduo como um todo, enquanto testemunha histórica de uma experiência, ou no corpo social. O caminho do passado, percorrido através das cicatrizes, tem no corpo de homens e mulheres de carne e osso o seu mapa e guia. As feridas expostas da memória, por mais cicatrizadas que estejam, podem ser abertas a qualquer momento e, a cada casca retirada, uma nova camada do passado é revelada.

As memórias familiares de militância são também motivo de orgulho para essa geração, por estarem relacionadas ao universo da dor e da violência. A violência que sofreram seus pais é lida como expressão do absurdo, “uma sacanagem, uma covardia”<sup>43</sup>, e seus pais são vistos como vítimas de uma injustiça. A narrativa da memória do sofrimento provoca, da mesma forma, a percepção transgeracional, porém a sensação é intensificada pelos relatos da violência física da tortura, da exclusão do exílio, dos anos na prisão.

Não por acaso, muitos pais não gostavam de contar para seus filhos o que haviam passado na cadeia e não dividiram com eles detalhes sobre a tortura. As memórias mais compartilhadas eram as de assaltos a bancos, roubo de armas, fugas e identidades falsas, panfletagens clandestinas. Quando a narrativa chegava a temas de

---

<sup>42</sup> GAGNEBIN, J. M., op. cit. p. 116.

<sup>43</sup> Entrevista de “Camila”. Depoimento concedido em 22 de setembro de 2010 no Rio de Janeiro.

maior violência sofrida, o silêncio ocupava o lugar das palavras. Sabia-se até um certo ponto, com limites dados por ambas as gerações. Em relação a essa característica da memória política familiar, a herança é aceita, mas a ela são impostos limites. Os rastros, por serem mais sutis, consistem em rotas positivas de conhecimento do passado e, por isso, a geração de filhos de militantes assume a tarefa, sugerida por Jeanne Marie Gagnebin, de decifrar os rastros e recolher os restos<sup>44</sup>. Já as cicatrizes, por serem evidentes e expostas, são vias rejeitadas de encontro com o passado de militância familiar.

### 5.3 Ressentimento social

O valor histórico atribuído pela geração de filhos de militantes às memórias políticas familiares é positivo também porque, uma vez percebido seu lugar na história, essas memórias serão reconhecidas e lembradas. O senso histórico é relacionado, nos relatos, ao que perdura dos fatos para a posteridade, e por isso é importante, para os entrevistados, que a trajetória de seus pais seja valorizada e conhecida. No entanto, entre a divulgação de memórias e o reconhecimento dado a elas há um longo caminho, com vários desvios de percurso.

É interessante notar que a preocupação com a notoriedade das trajetórias de seus pais não constitui um projeto para essa geração. O orgulho de falar sobre a história política dos pais, de perceberem a importância da luta que travaram, não é deslocado para uma busca pessoal, nem coletiva, no sentido de tornar pública a memória familiar. Por mais importante que isso lhes pareça, não se empenham pessoalmente no reconhecimento da memória familiar.

De fato, há desconforto na forma como a geração dos pais foi por vezes retratada e caracterizada em filmes, na televisão, nos documentários e nos jornais. A mídia foi a mais citada como pouco séria, seletiva, mal editada, reprodutora de clichês, ainda que com exceções, em especial quando é expressão dos próprios protagonistas.

“Os filmes da minha mãe são uma forma de reconciliação com o passado. O cinema é uma forma de reconciliação minha com ela, dela com ela mesma, dela com a geração dela, dela com a minha geração. Pela primeira vez ela vai produzir um filme que inclui um diálogo reflexivo entre essas duas gerações. Pra mim, isso demonstra uma

---

<sup>44</sup> GAGNEBIN, J. M., op. cit., p. 118.

autocrítica feita por ela sobre como ela sempre viu a nossa geração, e o filme é generoso no roteiro em relação à forma como a nossa geração é incluída na discussão, no argumento. Acho que isso faz parte de construção de um discurso sobre a trajetória de luta de toda uma geração, coisa que você não vê com frequência, feita de maneira séria”<sup>45</sup>.

“É claro que eu quero que meus pais sejam reconhecidos como heróis. Quem não quer? (risos) Mas a crítica tem que acontecer, e acho que os clichês são reproduzidos de vento em popa. Ou eles são um bando de terroristas autoritários, como o filme do Bruno Barreto mostra, ou são heróis não compreendidos como outras produções insistem em mostrar. Não nem tanto uma coisa nem outra. A discussão tá [sic] no meio”<sup>46</sup>.

“Acho que o que falta é a discussão sobre a tortura. O filme ‘Batismo de Sangue’ me deu uma noção mais clara do que aconteceu, mas acho que fica como filme, como um discurso fictício, mesmo baseado num livro de relato pessoal. Tem que se falar que nesse país se torturou gente, se deu sumiço nas pessoas. Tem que falar!”<sup>47</sup>.

Lawrence Wescheler, jornalista americano, acompanhou o processo final dos regimes militares na América Latina, e dedicou-se, sobretudo, a reportar a tortura nos casos brasileiro e uruguaio<sup>48</sup>. Ao referir o início do processo de redemocratização desses países, a motivação principal do autor é a discussão sobre como serão tratados pela população e pelas instituições, os torturados e os torturadores. Percebe que a pesar de muito comentado, o tema da tortura era tratado com pouca consistência de conhecimento e sem praticamente nenhum reconhecimento.

De acordo com as intuições do autor, a distinção entre conhecimento e reconhecimento era vital para que a discussão dessa questão ganhasse corpo, em um momento decisivo para os dois países. Começava então a reconstrução das bases da democracia e era preciso tomar uma posição sobre o lugar da tortura na história dessas nações. Não bastava saber quem foram os torturadores e os torturados, mas era preciso reconhecê-los por vias institucionais e oficiais. Era preciso ultrapassar o campo da memória, dos testemunhos, dos depoimentos, e construir a arena da justiça e da história. Se não há um reconhecimento oficial, essa memória pode virar folclore, relatos subjetivos, exagero de uns poucos. Por isso, não é incomum que os filhos de militantes torturados afirmem já terem ouvido com frequência frases como “no Brasil se torturou pouca gente”<sup>49</sup>, “aqui não foi como no Chile”<sup>50</sup>, “não foi tanta gente

<sup>45</sup> Entrevista de “Juliana”. Depoimento concedido em 5 de outubro de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>46</sup> Entrevista de “Olga” via skype. 19 de abril de 2011 no Rio de Janeiro.

<sup>47</sup> Entrevista de “Camila”. Depoimento concedido em 22 de setembro de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>48</sup> Cf. WESCHELER, L., *Um universo, um milagre. O acerto de contas com os torturadores*.

<sup>49</sup> Entrevista de “Luis”. Depoimento concedido em 6 de abril de 2011 no Rio de Janeiro.

<sup>50</sup> Entrevista de “Camila”. Depoimento concedido em 22 de setembro de 2010 no Rio de Janeiro.

assim”<sup>51</sup>. Declarações como essas, apesar de causarem revolta nos entrevistados, não lhes soam estranhas, uma vez que percebem que a tortura que sofreram seus pais não foi reconhecida.

“Minha mãe fala que quer um pedido de desculpas. Ninguém nunca assumiu que torturou ela. Ela sempre brinca que iria emoldurar isso, caso acontecesse um dia de darem uma declaração que ela foi torturada”<sup>52</sup>.

“Toda vez que ouvi falarem que no Brasil se torturou pouco pensava no meu pai, e concluía ‘e daí?’. A tortura não pode ser medida pela quantidade, mas sim porque ela aconteceu. Nunca falei que meu pai foi torturado para todo mundo ouvir, porque não parecia importar se ele foi ou não, mas sim que houve tortura no país. Quando a discussão era colocada na mesa não queria trazer o meu caso particular, porque iria chocar as pessoas e elas iam se comover porque era eu, um amigo, falando. Não acho que a gente deve tratar do tema dessa forma. A gente deve tratar da tortura, e pronto”<sup>53</sup>.

Para o caso brasileiro, Wescheler apresenta como referência principal o livro *Brasil nunca mais*. Nele, são apresentados minuciosos detalhes para o leitor sobre a idealização e realização do projeto audacioso de publicação do livro, pensado e elaborado com o regime militar ainda vigente. Dos próprios arquivos das forças armadas foram coletados dados e informações sobre casos de tortura, o que até aquele momento era inédito no Brasil e jamais ousado em outros casos similares. Não se tratava de recolher memórias de torturados, mas sim de denunciar a prática da tortura a partir dos arquivos oficiais do governo, a mais segura e incontestável das fontes.

O objetivo principal de *Brasil nunca mais* era denunciar a tortura praticada no país no período da Ditadura Militar, e isso certamente foi feito. Porém, esse era somente um primeiro passo. *Nosso compromisso com a alegria, a festa, a irresponsabilidade, nos faz rejeitar a memória e abandonar os projetos de reparação de injustiças passadas*<sup>54</sup>. Para Maria Rita Kehl, por causa do medo do brasileiro de ser reconhecido como ressentido, cobra-se um preço caro por *essa felicidade para inglês ver*<sup>55</sup>. O livro que denunciava a tortura num momento caloroso e propício para o debate foi um sucesso de lançamento, mas não de público nem de vendas. Ficou conhecido como um daqueles livros que todos têm e conhecem, mas poucos lêem.

Além do conhecimento, o reconhecimento. *Brasil nunca mais* cumpriu o seu papel. E nós? Será que cumprimos o nosso?

<sup>51</sup> Entrevista de “Olga” via email. 10 de abril de 2011 no Rio de Janeiro.

<sup>52</sup> Entrevista de “Juliana”. Depoimento concedido em 5 de outubro de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>53</sup> Entrevista de “Luis”. Depoimento concedido em 6 de abril de 2011 no Rio de Janeiro.

<sup>54</sup> KEHL, M. R., op. cit. Pp. 236-237.

<sup>55</sup> Ibid. p. 237.

*Os acontecimentos traumáticos vividos por um grupo minoritário não podem ser excluídos das experiência coletiva da sociedade em que este grupo se insere*<sup>56</sup>, pois a tortura é uma moeda de duas faces. De um lado, está o individual, o indivíduo torturado e, ao mesmo tempo, do outro lado, a sociedade. Na tortura de um indivíduo estamos todos presentes e somos torturados também. A violação dos direitos humanos atinge todos aqueles que estão inscritos no seu universo de ocorrência. A sociedade também precisa de reabilitação. Cicatrizes como essas não podem ser ignoradas, veladas por um silêncio que além de não curar, fere ainda mais. Da mesma forma que a geração de filhos de militantes se sente transgeracionalmente parte da luta travada por seus pais, também compartilham suas consequências físicas, políticas e mentais. As glórias e os louros são aceitos, mas as derrotas são igualmente elementos de identificação.

Fazer a diferenciação entre conhecimento e reconhecimento significa colocar em xeque o uso da memória e suas formas de apropriação. É possível o conhecimento sobre a tortura através de textos autobiográficos, dos depoimentos dados, que correspondem ao âmbito privado da memória, mas outras vias podem ser alcançadas, vias coletivas de construção e de divulgação dessa memória. A história de um sujeito contada a partir de suas memórias pessoais é escrita em primeira pessoa, compartilhada a partir de um único ponto de vista e, tão importante como o que gera as motivações desse processo, está a sua continuidade.

Nas memórias da geração de filhos de militantes identificamos o silêncio privado de seus pais sobre a violência que sofreram, mas é assinalado igualmente o silêncio público em torno do tema da tortura, e sobre esse aspeto expressam seus ressentimentos. É um silêncio que, nesse caso, ganha diferentes sentidos e movimenta-se dialeticamente entre os pólos individuais e coletivos da memória. O resultado é a falta de discussão no coletivo. Cabe perguntar se a sociedade quer, ou não, romper esse silêncio e se aqueles que desejam trabalhar a memória pelas vias do esclarecimento encontram espaços para que isso ocorra. Essas perguntas aparecem nas memórias da geração investigada e o ressentimento transparece na intuição de respostas negativas.

O ressentimento não está na memória da tortura, mas no seu silêncio. À memória familiar falta espaço, falta reconhecimento. A geração dos “filhos” assume e

---

<sup>56</sup> KEHL, M. R., op. cit. p. 236.



se reconhece no discurso de seus pais e também querem eles um “pedido de desculpas”, um “reconhecimento público”, porque é “justo”<sup>57</sup>, e porque “foi um absurdo o que fizeram”<sup>58</sup>. Esse silêncio não fala, não traduz o indizível, porque a ele ninguém faz perguntas. É o silenciar para esquecer, mas *há eventos que não se consegue esquecer; outros que não devem ser esquecidos*<sup>59</sup>.

O ressentido, em Nietzsche, não é simplesmente aquele incapaz de esquecer, mas o que não quer esquecer. Se apega ao passado e dele lembra excessivamente como prescreve o *abuso de memória* de Todorov. É a lembrança da perda causada por uma lesão que não se deixa esquecer e, na intuição de Nietzsche, a reparação pode percorrer duas vias entre a justiça e a vingança. A escolha dependerá da moral do sujeito, se ela é nobre ou escrava.

“Mesmo o ressentimento do homem nobre, quando nele aparece, se consome e se exaure em uma reação imediata, por isso não *envenena*: por outro lado, nem sequer aparece, em inúmeros casos em que é inevitável nos impotentes e nos fracos. Não consegue levar a sério por muito tempo seus inimigos, suas desventuras, seus *malfeitos*, inclusive – eis o indício de naturezas fortes e plenas, em que há o excesso de força plástica, modeladora, regeneradora propiciadora do esquecimento (...)”<sup>60</sup>

Porém, em relação à memória da perda, da dor, do sofrimento, tudo é muito mais complexo. Na década de noventa, no Brasil, foram promovidos encontros e atos públicos que, na visão de Kehl, *visavam tirar do esquecimento o assassinato de seus entes queridos, e devolvê-los à memória da sociedade da qual foram banidos por força da repressão*. Tais atos e eventos não devem, segunda a autora, serem confundidos com políticas do ressentimento: seriam políticas de reparação.

Palmilhar o caminho da justiça é a escolha nobre, para Nietzsche, porque é a resposta mais oposta possível ao sentimento de vingança, onde nasce e se nutre o ressentimento. Nas vias da justiça está implicado o *trabalho* de uma memória que deve ser lembrada pois, além de não ser possível esquecer, ela não deve ser esquecida. O trabalho transforma uma coisa em outra ou ao menos abre a possibilidade da memória do sofrimento ser transformada em reparações por justiça. A vingança, ao contrário, é a *compulsão da repetição*, pois nunca há satisfação suficiente para o ressentido. Ele se alimenta no desejo da retaliação e ruminar a memória que não deseja esquecer. Não deseja porque não pode, e não pode porque é, para Nietzsche,

<sup>57</sup> Entrevista de “Juliana”. Depoimento concedido em 5 de outubro de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>58</sup> Entrevista de “Nina”. Depoimento concedido em 19 de agosto de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>59</sup> KEHL, M. R., op. cit. p. 227.

<sup>60</sup> NIETZSCHE, F., op. cit. p. 31. (grifo do autor).

um escravo, um prisioneiro covarde tão distante quanto pode do princípio da ação tão importante na sua filosofia. Na sua máxima “tornar-se quem se é” está implicada a noção de compromisso com as consequências dos atos e das escolhas.

“Enquanto toda moral nobre nasce de um triunfante Sim a si mesma, já de início a moral escrava diz não a um ‘fora’, ‘um outro’, um ‘eu não’ – e *este* Não é o seu ato criador. Esta inversão do olhar que estabelece valores – este necessário dirigir-se para fora, em vez de voltar-se para si – é algo próprio do ressentimento: a moral escrava sempre requer, para nascer, um mundo oposto e exterior, para poder agir em absoluto – sua ação é no fundo reação”<sup>61</sup>.

O desejo dos pais de um pedido oficial de desculpas se tornou desejo também da geração de filhos de militantes não somente porque seus pais merecem, mas porque esse pedido é compreendido como um reconhecimento público de que houve tortura e torturados no Brasil e de que isso é inadmissível. No entanto, se alguém pede desculpas, este alguém espera que seja desculpado, que do outro lado haja o perdão. Cabe a pergunta se é justo esperar das vítimas de tortura o perdão, se há possibilidade de perdoar o dano que lhes foi causado. A perda pode ser compreendida como irreparável e o sujeito convive com o conflito entre o ato de perdoar e o de punir.

O conflito entre perdoar e punir não é somente daquele que sofreu uma perda, mas também de todos que são obrigados a lidar com esse dano, no âmbito de uma família ou de uma coletividade. A tortura é uma cicatriz social nas sociedades em que ela ocorre e não basta o torturado perdoar o seu torturador; a sociedade também está incluída nesse processo. Um indivíduo pode superar o sofrimento que lhe foi causado, mas o autor do crime é parte de uma sociedade e a superação individual não exclui o julgamento público.

A relação entre o perdão e o âmbito privado e a punição e a esfera pública parece uma primeira interpretação possível ao pensamento de Hannah Arendt<sup>62</sup>, e assim, o ato de punir deve ser buscado pelas vias da justiça, posta a serviço de todos. Mas esses dois âmbitos deixam de estar delimitados e demarcados com clareza quando é sugerida a reflexão sobre a supressão da via da punição, respectiva dos regimes totalitários.

Ser vítima de uma lesão ou violência manifesta a reação da vingança, uma sensação, para Arendt, revestida de um caráter natural, óbvio, coerente; uma reação esperada e proporcional a uma ação danosa realizada. No entanto, por mais natural e

<sup>61</sup> NIETZSCHE, F., op. cit. p. 29 (grifo do autor).

<sup>62</sup> ARENDT, H., *A condição humana*.

óbvia que seja a reação da vingança, ela não deve ser efetivada e, para isso, é preciso existir o lugar de uma punição que indique a possibilidade de prevalecer a justiça. Na falha desse mecanismo, desse sistema, a falha no fazer justiça pode fazer a vingança ser compreendida como uma possibilidade coerente e justa de reparação.

Em Arendt, perdão e a vingança estão em posições opostas posto o caráter libertário do primeiro e o aprisionador da segunda. A vingança impede que seja possível punir e também perdoar. Se não podemos perdoar e somos incapazes de punir certas ofensas, o caminho não é o da vingança.

“Em outras palavras o perdão é a única reação que não re-age apenas, mas age de novo e inesperadamente sem ser condicionado pelo ato que a provocou e de cujas consequências liberta tanto o que perdoa quanto o que é perdoado (...) libertação dos grilhões da vingança, uma vez que essa prende seu executor e vítima no inexorável automatismo do processo da ação que, por si, jamais chega necessariamente a um fim. A punição é a alternativa do perdão, mas de modo algum seu oposto, ambos têm em comum o fato de que tentam pôr fim a algo que, se sem a sua interferência, poderia prosseguir indefinidamente. É, portanto, significativo – elemento estrutural na esfera dos negócios humanos – que os homens não possam perdoar aquilo que não podem punir, nem punir o que é imperdoável. Realmente, é isso que caracteriza aquelas ofensas que, desde de Kant, chamamos de ‘mal radical’, cuja natureza é tão pouco conhecida, mesmo por nós que sofremos uma de suas raras irrupções na esfera pública. Sabemos apenas que não podemos punir nem perdoar esse tipo de ofensas e que, portanto, elas transcendem a esfera dos negócios públicos e as potencialidades do poder humano, às quais destroem sempre que surgem”<sup>63</sup>.

Qual caminho seguir, uma vez que essas ofensas ocorrem e ocorreram, é a questão. Se elas não podem ser punidas e perdoadas por quem as sofreu, tão pouco podem ser esquecidas, já que perdoar não é esquecer, assim como punir não significa uma tentativa de apagamento. O perdão individual tem o sentido do livramento, da ultrapassagem da memória do sofrimento. O perdão é tão importante nesse sentido quanto a punição justa, uma vez que a concretização de um não é resultado garantido para a outra. Uma vez concluído o julgamento e sentenciada uma pena ao agressor, ainda sim não há garantia de superação da perda pelo agredido. A ultrapassagem da memória será feita através do *trabalho* que dê fim ao ato da rememoração compulsiva, que impeça o ressentimento. A memória e o sujeito estarão livres.

*Conhecerás a verdade, e a verdade te libertará*<sup>64</sup> era o que lembrava o cardeal Arns a Lawrence Wescheler quando discorria sobre sua investigação e a denúncia da tortura no Brasil. Esta é a herança cristã que o projeto deixa para a sociedade

<sup>63</sup> ARENDT, H., op. cit. Pp. 252-253.

<sup>64</sup> WESCHELER, L., op. cit. p. 37.

brasileira<sup>65</sup>. É clara sua intenção em romper um silêncio e, para o cardeal, essa intenção está intimamente relacionada com a busca pela verdade. Conseguir o maior número de informações e detalhes era um dos principais objetivos da equipe de investigação do projeto. Todos os dados preciosos encontrados no corpo do livro sugerem, para Wescheler, a tentativa de superação do horror da tortura, como se quantos mais detalhes e informações fossem obtidos mais próximos da verdade estaríamos, livrando-nos conseqüentemente, do mal da tortura. No entanto, conhecer não é o mesmo que reconhecer, e a noção de verdade é sempre muito escorregadia.

É preciso tomar certos cuidados com movimentos aproximativos em direção ao ressentimento, especialmente nos casos de regimes de exceção e suas memórias. A relação esquecer-lembrar nesses casos não é uma equação simples e fácil de ser mensurada. *Há casos em que lembrar é tão ou mais importante que o esquecer*<sup>66</sup>. Lutar contra o esquecimento de memórias que exprimem brutalidades de regimes opressores e intolerantes não significa se render ao ressentimento. A lembrança dessas memórias, lembradas a partir da operação de um *trabalho*, caminha rumo à construção de um espaço coletivo, público e social de discussão e reflexão. Somente assim será possível o prevalecimento da justiça.

O ponto importante a considerar, quando o nicho de reflexão é definido pela memória, mesmo se admitido o pressuposto Nietzscheano sobre a existência de uma memória nobre e outra escrava, ou mesmo se assumida a perspectiva de Arendt sobre uma memória que perdoa e outra que pune, é que a perda, como a que aparece nos relatos dos filhos de militantes de esquerda no Brasil, não sugere necessariamente uma memória ressentida, uma vez que ela pode ser trabalhada e ultrapassada e de fato parece fazê-lo. O caminho que leva ao ressentimento pode ser evitado se forem levadas em consideração a faculdade do esquecimento e a importância do esclarecimento.

Maria Rita Kehl indica outras possibilidades para aquele que se sente lesado e injustiçado e propõe uma distinção.

“Se o ressentimento, de acordo com Nietzsche, é uma das demandas por justiça, podemos dizer que a injustiça produz necessariamente o ressentimento? A injustiça contraria a ordem simbólica que pretende garantir igualdade de direitos. Desse modo, os injustiçados vêem-se como *privados* de algumas garantias às quais teriam, antecipadamente, direito. Mas é preciso diferenciar os casos em que os injustiçados

---

<sup>65</sup> Ibid. p. 37.

<sup>66</sup> KEHL, M. R., op. cit. p. 226.

não foram coniventes com as causas da injustiça que sofreram, nem se deixaram prejudicar passivamente. Tais casos fogem a lógica do ressentimento<sup>67</sup>.

Paul Zawadzki observa que, se no Estado democrático existe uma dificuldade aparente para o compromisso com os injustiçados, uma vez que se pressupõe que todos os indivíduos são iguais e têm os mesmos direitos, mais complexo ainda é entender que o Estado democrático, em princípio, não exista, e que os direitos mais básicos sejam negados<sup>68</sup>. Esta é uma situação que foge dos padrões de convivência social, entendida como absurda, mas que nem por isso deixa de ocorrer.

Uma vez suprimido o Estado democrático, as vias de construção da justiça são postas em segunda ordem. A ilustração feita por Kehl sobre um ajuste de contas no futuro sugere a condição do ressentido, mas essa não é para a autora uma relação de causa e consequência. O que se espera não se situa sob o signo do planejamento eterno e imaginativo de uma vingança, mas é um aguardo do retorno das instituições democráticas que proporcionam a prevalência da justiça. A espera não é, inclusive, passiva, mas pensada estratégica e politicamente.

Mesmo na supressão dos direitos é possível agir ativamente, é possível dizer não a absurdos e arbitrariedades. Albert Camus introduziu a possibilidade de um movimento a partir do dizer não, a partir da qual são feitas associações e estabelecidos vínculos. O movimento não é somente de recusa, mas também implica na construção de alguma coisa.

“Do Não inaugural nasce algo novo; transforma-se em um Sim estimulante que impulsiona o indivíduo a agir a favor daquilo que deseja conquistar<sup>69</sup> (...) Uma tomada de consciência nasce no movimento de revolta: a percepção subitamente reveladora, de que há no homem algo com o qual pode identificar-se, mesmo que só por um tempo. Até então, esta identificação não era sentida<sup>70</sup>.”

A ação revoltada é, portanto, distinta da reação ressentida. Aquele que age com revolta situa-se contra uma ocorrência que é vista como absurda e, por isso, não aceita certas imposições. O *não* modifica tudo e nada será como antes. Com a tomada de consciência que a revolta provoca, o homem percebe que já não ocupa mais o mesmo lugar, pois a revolta retira o sujeito do seu próprio e solitário universo e o faz pertencer a algo que antes não existia e que ele não reconhecia. É, então, capaz de

---

<sup>67</sup> KEHL, M. R., op. cit. p. 217. (grifo da autora).

<sup>68</sup> BRESCIANI, S.; NAXARA, M (orgs.), *Memória e (res) sentimento*. Pp. 371 – 402.

<sup>69</sup> CAMUS, A., op. cit. p. 25.

<sup>70</sup> Ibid. p. 26.

enfrentar sacrifícios e até mesmo por em risco sua existência, pois percebe que em seus atos está presente algo que pertence a todos os homens.

A dimensão coletiva do *não* que inaugura acontece uma vez que se torna um *sim* propositivo, e diferencia o homem revoltado do homem ressentido. Camus reconhece o homem revoltado presente ativamente no coletivo, onde suas ações indicam algo que transcende a ele mesmo. Ele faz parte de alguma coisa que traz uma razão para viver ou até mesmo para morrer. O homem ressentido circunscreve sua ação no plano do individual, na solidão de sua projeção de um futuro que nunca chega. A partir de Max Scheler, Camus resume o ressentimento como,

“uma auto-intoxicação, a secreção nefasta, em vaso lacrado, de uma impotência prolongada. A revolta, ao contrário, fragmenta o ser e ajuda-o a transcender (...) O ressentimento é sempre ressentimento contra si mesmo. O revoltado, por outro lado, em seu primeiro movimento, recusa-se a deixar que toquem naquilo que ele é. Ele luta pela integridade de uma parte de seu ser. Não busca conquistar, mas impor”<sup>71</sup>.

A geração de filhos de militantes não rejeitou a memória da tortura como herança, faz uso dela, mas rejeitou o ressentimento como a resposta final. No entanto, parece haver um *trabalho* a ser feito. Ciente como somos que não querer saber deve ser respeitado, saber com restrições, no entanto, indica uma dificuldade de lembrar, e também de esquecer, uma vez considerados os limites dados pela geração de “filhos” em relação a memória familiar da tortura. Se é preciso denunciar a tortura e reconhecer a violência que sofreram seus pais, o *trabalho* precisa acontecer nas duas vias, pública e privada.

Ao mesmo tempo, se nos guiarmos nos rastros deixados por Camus, abominar à prática da tortura não é o mesmo que dizer *não* contra esse absurdo. Reconhecer o absurdo como absurdo não basta para a ação revoltada. O combate à tortura, como uma causa, só pôde ser encontrado no depoimento de Camila, atuante em movimentos de direitos humanos. No entanto, aos pais, não é dado o confinamento e a preservação da categoria vítima. Esta geração percebe suas práticas e ações militantes como parte de um conjunto de escolhas políticas conscientes, o que obviamente não justifica a violência que sofreram, mas possibilita que sejam transferidos do lugar de vítimas para o de heróis.

---

<sup>71</sup> CAMUS, A., op. cit. Pp. 29-30.

Quando o que está em jogo é sua relação com a memória, o ressentimento refere-se à escolha de como lidar com a memória da perda. Trata-se de ultrapassar o dano causado, em uma direção oposta ao ressentir a lesão. Trabalhar a memória é caminhar em direção ao esclarecimento, que leva a esquecer, mas também a lembrar. Como esquecer e como lembrar são as chaves mestras desse processo, na ultrapassagem está a ação ao invés da reação. Perseguir o *trabalho de memória* representa agir contra o ressentimento na busca por rompimentos de silêncios e de vias de esclarecimento. A importância em entender o ressentimento como uma escolha está em compreender que ele não é uma fatalidade necessária. É possível lutar contra ele e é também possível trabalhar para o seu livramento. O ferimento que causou dor está em processo de cicatrização, e há dois caminhos: deixá-lo cicatrizar e trabalhar por sua recuperação, ou retirar sucessivamente sua casca e não permitir a cura da ferida. Por mais que não seja possível evitar certas cicatrizes, existe a possibilidade, no entanto, de evitar que elas permaneçam abertas e expostas.

As consequências coletivas de danos causados a um ou diversos indivíduos remetem à idéia de herança, e de herdeiros, tão cara a essa tese. Não seria toda uma geração, filhos ou não filhos de militantes, herdeira dessa memória política? Quando Jacob Gorender reconhece a forma de um fantasma na herança deixada pela derrota da luta armada, cabe perguntar de quem é essa herança e no que ela consiste. Livrar-se dessa obsessão fantasmagórica é também vê-la ganhar vida, não pelas mãos de um punhado de poetas sonhadores, mas de milhões de prosaicos militantes das lutas sociais<sup>72</sup>. O intuito do livramento não é fazer o fantasma desaparecer, mas sim compreendê-lo, dissolver o aspecto assustador e indesejável que os fantasmas costumam apresentar.

O exorcismo dessa herança fantasmagórica pode assumir várias formas e cada geração lida com seus próprios fantasmas. Nessa pesquisa propusemos uma investigação a partir da relação entre memória e história e, a partir dela, destacamos possíveis heranças políticas recebidas ativamente e criticamente pela geração de filhos de militantes que, no entanto, parece assumir o que foi herdado com orgulho e desejo de releituras capazes de atualizá-la.

---

<sup>72</sup> RIDENTI, M., op. cit p. 14.